

Contas Nacionais Trimestrais por Setor Institucional (Base 2011)

4º Trimestre de 2015

Capacidade de financiamento da economia manteve-se em 1,1% do PIB

A capacidade de financiamento da economia fixou-se em 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 4º trimestre de 2015, idêntica à observada no trimestre anterior. A poupança bruta aumentou 0,2%, verificando-se um crescimento do Rendimento Disponível Bruto (RDB) da nação (0,6%) ligeiramente inferior ao aumento da despesa de consumo final da economia (0,7%). O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) aumentaram 0,8% e 0,6% no 4º trimestre de 2015. A evolução do RNB refletiu a redução do saldo dos rendimentos de propriedade com o exterior (taxas de variação de -6,1% nos rendimentos recebidos e 0,3% nos rendimentos pagos).

A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 4,2%, menos 0,2 pontos percentuais (p.p.) que o trimestre precedente, traduzindo o maior aumento do consumo privado comparativamente ao observado no rendimento disponível (variações de 0,7% e 0,5%, respetivamente). A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras foi 0,6% do PIB (0,5% no trimestre precedente), observando-se uma diminuição da taxa de investimento deste setor institucional para 20,1% do PIB (menos 0,3 p.p. que no trimestre anterior).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou, passando de 3,1% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2015 para 4,4%. Esta redução do saldo das AP foi determinada pelo registo da operação de resolução do Banif no 4º trimestre de 2015 com um impacto correspondente a 1,4% do PIB.

Considerando o conjunto do ano 2015, o saldo global das AP fixou-se em -7893,0 milhões de euros, correspondente a -4,4% do PIB (-7,2% do PIB em 2014).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 4º trimestre de 2015.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

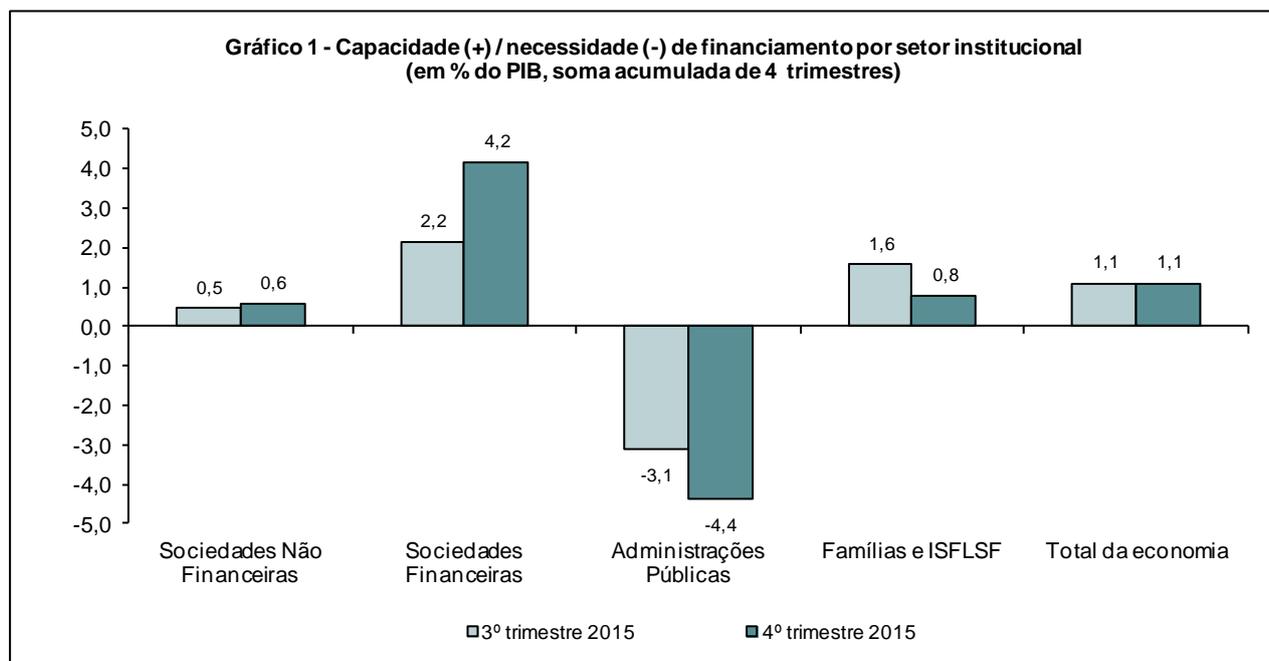
**Capacidade de financiamento da economia
fixou-se em 1,1% do PIB**

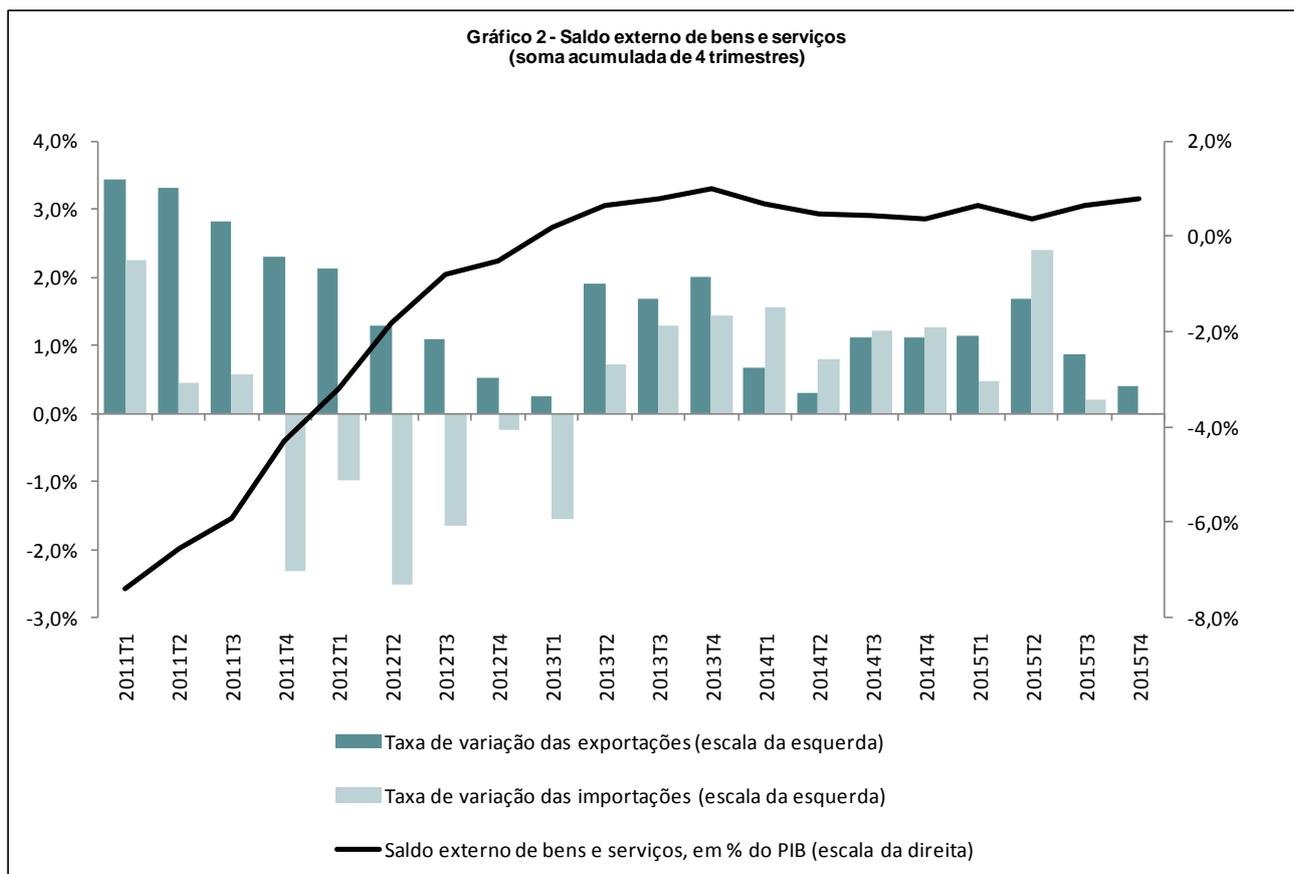
A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 1,1% do PIB no 4º trimestre de 2015, idêntica à observada no trimestre anterior. A poupança bruta cresceu ligeiramente (taxa de variação de 0,2%), tendo o Rendimento Disponível Bruto e a despesa de consumo final aumentado em 0,6% e 0,7%, respetivamente. O crescimento do Rendimento Disponível Bruto refletiu sobretudo o aumento nominal do PIB (0,8%).

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) aumentou 1,3 p.p., fixando-se em 4,4% do PIB. Esta deterioração do saldo das AP resultou da operação de resolução do Banco Internacional do Funchal S.A. (Banif), registada no 4º

trimestre de 2015 e que se traduziu num impacto de 1,4% do PIB. O saldo das Sociedades Não Financeiras permaneceu praticamente ao mesmo nível enquanto o das Sociedades Financeiras registou um crescimento acentuado sobretudo devido a dois efeitos específicos: o impacto negativo das contribuições extraordinárias para o fundo de pensões no 4º trimestre de 2014 e o impacto positivo da transferência de capital das AP no 4º trimestre de 2015. A capacidade de financiamento das famílias reduziu-se, refletindo, em grande medida, o efeito base atrás mencionado das contribuições extraordinárias para fundos de pensões, realizadas por instituições financeiras no 4º trimestre de 2014, que são consideradas recursos das Famílias.

O saldo externo de bens e serviços aumentou para 0,8% do PIB (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior), tendo as exportações de bens e serviços aumentado 0,4%, enquanto as importações de bens e serviços registaram uma variação nula (ver gráfico 2).





Famílias: capacidade de financiamento diminuiu para 0,8% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ diminuiu para 0,8% do PIB no ano acabado no 4º trimestre de 2015 (1,6% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu sobretudo a redução das transferências de capital recebidas e, em menor grau, a diminuição em 4,0% da poupança. A redução das transferências de capital no ano terminado no 4º trimestre de 2015 reflete o efeito base das contribuições extraordinárias para fundos de pensões, realizadas por instituições financeiras no 4º trimestre de 2014, que são consideradas como recursos das Famílias.

A taxa de poupança diminuiu para 4,2% (4,4% no trimestre anterior), mantendo a tendência decrescente

¹ Inclui as Famílias e as instituições Sem Fim Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

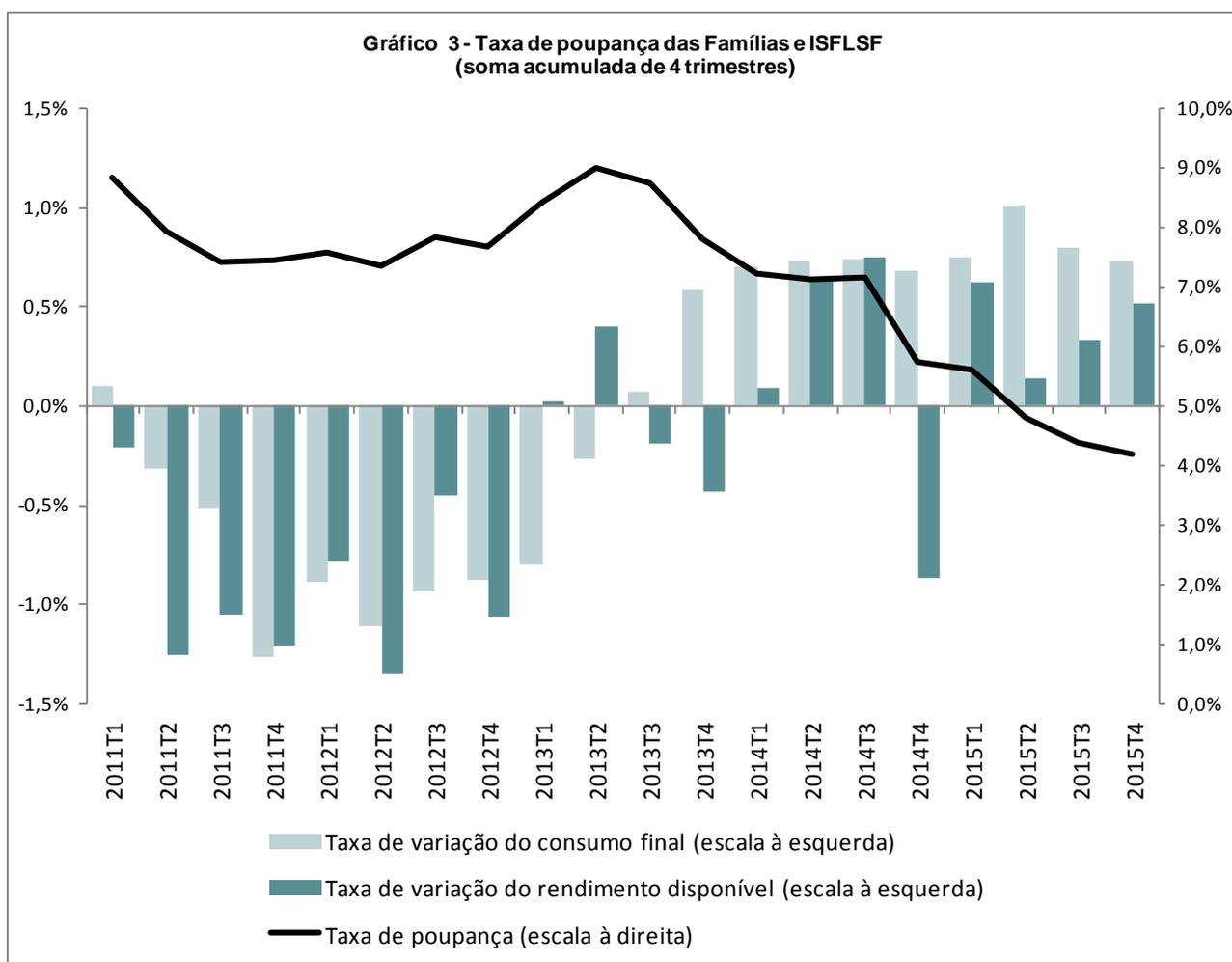
embora a um ritmo menor que em trimestres anteriores. No 4º trimestre de 2015, a despesa de consumo final e o rendimento disponível aumentaram 0,7% e 0,5%, respetivamente (variações de 0,8% e 0,3% no trimestre anterior, pela mesma ordem).

O aumento do rendimento disponível deveu-se sobretudo ao acréscimo das remunerações (variação de 0,5%). Como se pode observar no quadro 1, que apresenta a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações apresentaram o contributo mais relevante (0,3 p.p.) para o crescimento do rendimento disponível das Famílias.

O aumento das remunerações foi sobretudo determinado pelo comportamento das remunerações pagas pelas Sociedades Não Financeiras, que aumentaram 0,6% no 4º trimestre de 2015. A diminuição dos juros pagos pelas Famílias foi mais que

compensada pela redução dos rendimentos de propriedades (juros e dividendos) recebidos, determinando um impacto negativo do saldo dos rendimentos de propriedade (-0,1 p.p.) sobre o rendimento disponível no 4º trimestre de 2015.

O quadro 2 apresenta a composição do rendimento disponível das Famílias, com as remunerações a representarem 63,2% do rendimento disponível.



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,3
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,0
2011T4	-1,1	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,6	0,2	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,1
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,0
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,1	0,4	1,2	-0,4
2014T1	-0,2	0,2	0,1	-0,1	0,2	0,1	0,1
2014T2	0,7	0,2	0,1	-0,5	0,1	0,0	0,6
2014T3	0,5	0,2	-0,1	0,4	0,1	0,3	0,8
2014T4	-0,7	0,1	-0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,9
2015T1	0,4	0,1	0,0	-0,1	0,2	0,0	0,6
2015T2	0,3	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,1
2015T3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,3
2015T4	0,3	0,1	-0,1	0,0	0,1	-0,1	0,5

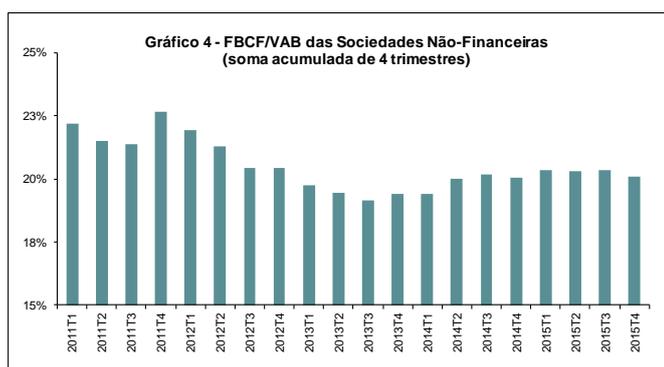
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,3	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,7
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,2	26,6	8,6	-11,4	8,7	4,3
2014T2	63,4	26,7	8,7	-11,4	8,2	4,3
2014T3	63,5	26,7	8,6	-11,6	8,6	4,4
2014T4	63,4	27,0	8,6	-11,3	8,1	4,2
2015T1	63,3	27,0	8,6	-11,2	7,9	4,4
2015T2	63,5	27,0	8,4	-11,2	7,9	4,4
2015T3	63,2	26,9	8,5	-11,1	8,1	4,4
2015T4	63,2	26,8	8,4	-10,9	8,1	4,5

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento representou 0,6% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,6% do PIB no ano terminado no 4º trimestre de 2015, o que correspondeu a mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior. Para este resultado contribuiu sobretudo o aumento de 1,1% do VAB, que mais que compensou os aumentos das remunerações pagas e dos impostos sobre o rendimento (taxas de variação de 0,6% e 9,7%, respetivamente).

A taxa de investimento, medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Valor Acrescentado Bruto (VAB), diminuiu para 20,1% (menos 0,3 p.p. do que no trimestre anterior).



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento atingiu 4,2% do PIB

No ano acabado no 4º trimestre de 2015, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 4,2% do PIB, o que compara com 2,2% no trimestre anterior. Este comportamento foi devido sobretudo a dois efeitos específicos, afetando negativamente o saldo deste setor em 2014 e positivamente em 2015. No 4º trimestre de 2014 foram registadas contribuições extraordinárias das sociedades financeiras para os fundos de pensões, afetando negativamente o respetivo saldo. No 4º trimestre de Contas Nacionais por Setor Institucional – 4º trimestre de 2015

2015, o saldo foi afetado pelo impacto da operação de resolução do Banif (1,4% do PIB).

Os rendimentos de propriedade pagos e recebidos pelo setor registaram taxas de variação de -3,3% e -3,2%, respetivamente, no 4º trimestre de 2015, o que se traduziu numa diminuição de 2,7% no saldo destes rendimentos.

O VAB do setor financeiro aumentou 2,7%, constituindo o principal contributo para o aumento da poupança bruta em 4,1%.

Setor das Administrações Públicas: défice aumentou 1,3 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou um aumento de 1,3 p.p. no ano terminado no 4º trimestre de 2015, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 4,4% do PIB.

O aumento da necessidade de financiamento foi determinado pelo acréscimo da despesa de capital que reflete o registo da operação de resolução do Banif ocorrida no 4º trimestre de 2015, com impacto negativo no setor das AP correspondente a 1,4% do PIB (ver quadros 3 e 4).

Por outro lado, a despesa corrente diminuiu 0,1%, traduzindo o decréscimo dos juros, dos subsídios e das outras despesas correntes. Pelo contrário, a despesa com prestações sociais, as despesas com pessoal e as despesas associadas ao consumo intermédio aumentaram, compensando parcialmente a diminuição da despesa corrente.

A receita total das AP registou uma variação de 0,1% no ano terminado no 4º trimestre devido ao aumento da receita corrente, destacando-se o comportamento dos impostos sobre o rendimento e património (taxa de

variação de 1,1%) e, em menor grau, das contribuições sociais (0,4%) e dos impostos sobre a produção e importação (0,3%). Em sentido contrário, observou-se uma redução das restantes componentes da receita corrente e da receita de capital.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -3208,8 milhões de euros no 4º trimestre de 2015, correspondente a -7,1% do PIB.

Para o conjunto do ano 2015, o saldo global das AP fixou-se em -7893,0 milhões de euros, o que correspondeu a -4,4% do PIB (-7,2% do PIB em 2014). Conforme se observa no quadro 5, esta melhoria foi determinada sobretudo pela diminuição da despesa em 3,5%. Recorde-se que em 2014 a despesa reflete o

registo da capitalização do Novo Banco, que teve um impacto mais significativo que a resolução do Banif em 2015. Para a melhoria do saldo concorreu ainda o aumento da receita total (1,9%), sendo destacar o aumento das receitas dos impostos sobre a produção e importação (6,0%) e dos impostos sobre o rendimento e património (2,6%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos efetuados na passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 4º trimestre de 2015 com o trimestre homólogo, verificou-se uma melhoria do saldo em contabilidade pública que na passagem para contabilidade nacional é mais que compensado pelo impacto da resolução do Banif.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimes tre

Unidade: 10⁶ euros

	2014T4	2015T1	2015T2	2015T3	2015T4
Receitas totais	77 230,8	77 693,5	78 121,8	78 604,1	78 670,8
Receita corrente	75 785,8	76 242,5	76 649,0	77 219,4	77 343,7
Impostos sobre o rendimento e património	18 973,7	18 920,1	18 915,9	19 254,4	19 457,6
Impostos sobre a produção e importação	24 592,6	25 011,8	25 507,0	26 005,9	26 072,4
Contribuições sociais	20 370,8	20 614,5	20 724,1	20 632,3	20 717,6
Vendas	6 531,0	6 512,5	6 612,2	6 743,6	6 691,3
Outra receita corrente	5 317,7	5 183,6	4 889,8	4 583,2	4 404,8
Receita de capital	1 445,0	1 451,1	1 472,8	1 384,7	1 327,1
Despesas totais	89 676,9	90 097,7	89 395,0	84 181,9	86 563,8
Despesa corrente	79 287,5	79 699,1	79 697,4	79 320,8	79 242,5
Prestações sociais	34 106,3	34 158,7	34 285,8	34 389,7	34 517,0
Despesas com pessoal	20 494,6	20 617,2	20 615,1	20 215,3	20 264,1
Juros	8 502,3	8 547,3	8 441,2	8 301,7	8 191,7
Consumo intermédio	10 079,2	10 268,8	10 411,6	10 550,5	10 600,6
Subsídios	1 209,7	1 216,5	1 184,4	1 209,9	1 172,1
Outra despesa corrente	4 895,4	4 890,6	4 759,3	4 653,8	4 497,0
Despesa de capital	10 389,4	10 398,6	9 697,6	4 861,1	7 321,3
Investimento ⁽¹⁾	3 578,5	3 524,8	3 862,3	3 775,5	3 956,1
Outra despesa de capital	6 810,8	6 873,8	5 835,4	1 085,6	3 365,2
Saldo corrente	-3 501,8	-3 456,6	-3 048,4	-2 101,3	-1 898,8
Saldo total	-12 446,2	-12 404,2	-11 273,3	-5 577,7	-7 893,0
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70 785,2	71 151,8	71 256,2	71 019,1	71 050,9
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	173 446,2	175 017,1	176 696,8	177 953,8	179 378,9
Défice em % PIB	-7,2%	-7,1%	-6,4%	-3,1%	-4,4%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas ao ano acabado no trimes tre

Unidade: %

	2014T4	2015T1	2015T2	2015T3	2015T4
Receitas totais	-1,9	0,6	0,6	0,6	0,1
Receita corrente	-1,5	0,6	0,5	0,7	0,2
Impostos sobre o rendimento e património	-5,0	-0,3	0,0	1,8	1,1
Impostos sobre a produção e importação	0,1	1,7	2,0	2,0	0,3
Contribuições sociais	-2,2	1,2	0,5	-0,4	0,4
Vendas	0,6	-0,3	1,5	2,0	-0,8
Outra receita corrente	5,4	-2,5	-5,7	-6,3	-3,9
Receita de capital	-19,7	0,4	1,5	-6,0	-4,2
Despesas totais	-2,0	0,5	-0,8	-5,8	2,8
Despesa corrente	-2,0	0,5	0,0	-0,5	-0,1
Prestações sociais	-3,3	0,2	0,4	0,3	0,4
Despesas com pessoal	-4,6	0,6	0,0	-1,9	0,2
Juros	1,1	0,5	-1,2	-1,7	-1,3
Consumo intermédio	2,7	1,9	1,4	1,3	0,5
Subsídios	4,2	0,6	-2,6	2,2	-3,1
Outra despesa corrente	2,1	-0,1	-2,7	-2,2	-3,4
Despesa de capital	-1,7	0,1	-6,7	-49,9	50,6
Investimento ⁽¹⁾	2,6	-1,5	9,6	-2,2	4,8
Outra despesa de capital	-3,8	0,9	-15,1	-81,4	210,0

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	2014		2015		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	77 230,8	44,5	78 670,8	43,9	1,9
Receita corrente	75 785,8	43,7	77 343,7	43,1	2,1
Impostos sobre o rendimento e património	18 973,7	10,9	19 457,6	10,8	2,6
Impostos sobre a produção e importação	24 592,6	14,2	26 072,4	14,5	6,0
Contribuições sociais	20 370,8	11,7	20 717,6	11,5	1,7
Vendas	6 531,0	3,8	6 691,3	3,7	2,5
Outras receitas correntes	5 317,7	3,1	4 404,8	2,5	-17,2
Receitas de capital	1 445,0	0,8	1 327,1	0,7	-8,2
Despesas totais	89 676,9	51,7	86 563,8	48,3	-3,5
Despesa corrente	79 287,5	45,7	79 242,5	44,2	-0,1
Prestações sociais	34 106,3	19,7	34 517,0	19,2	1,2
Despesas com pessoal	20 494,6	11,8	20 264,1	11,3	-1,1
Juros	8 502,3	4,9	8 191,7	4,6	-3,7
Consumo intermédio	10 079,2	5,8	10 600,6	5,9	5,2
Subsídios	1 209,7	0,7	1 172,1	0,7	-3,1
Outra despesa corrente	4 895,4	2,8	4 497,0	2,5	-8,1
Despesa de capital	10 389,4	6,0	7 321,3	4,1	-29,5
Investimento ⁽¹⁾	3 578,5	2,1	3 956,1	2,2	10,5
Outra despesa de capital	6 810,8	3,9	3 365,2	1,9	-50,6
Saldo corrente	-3 501,8	-2,0	-1 898,8	-1,1	
Saldo total	-12 446,2	-7,2	-7 893,0	-4,4	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁹ euros	
	2014T4	2015T4
Saldo em contabilidade pública:	-3 111,1	-1 347,0
Ajustamento acc rual e delimitação setorial em Contas Nacionais	2 125,7	532,7
Diferença entre juros pagos e devidos	336,4	142,3
Outros valores a receber:	751,2	381,2
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	534,5	389,8
<i>Outros</i>	216,8	- 8,6
Outros valores a pagar:	423,1	119,3
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	356,3	256,4
<i>Outros</i>	66,7	- 137,1
Outros ajustamentos:	-1 418,8	-3 037,2
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-1 967,8	-3 136,0
Saldo em contabilidade nacional:	- 893,5	-3 208,8
PB Trimestral	43 854,8	45 279,9
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-2,0%	-7,1%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,6%

No 4º trimestre de 2015, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de 0,6%, taxa inferior em 0,2 p.p. à variação do PIB nominal. Para este resultado contribuiu a redução do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior (taxas de variação de -6,1% nos rendimentos recebidos e de 0,3% nos rendimentos pagos).

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2011T1	179 514	-0,2	174 402	0,3	175 649	0,4
2011T2	178 989	-0,3	174 274	-0,1	175 535	-0,1
2011T3	178 006	-0,5	174 319	0,0	175 638	0,1
2011T4	176 167	-1,0	172 772	-0,9	174 098	-0,9
2012T1	174 842	-0,8	170 506	-1,3	171 828	-1,3
2012T2	172 028	-1,6	167 763	-1,6	168 972	-1,7
2012T3	170 397	-0,9	165 932	-1,1	167 089	-1,1
2012T4	168 398	-1,2	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 631	-0,5	164 349	0,0	165 921	0,0
2013T2	167 989	0,2	165 418	0,7	167 208	0,8
2013T3	168 807	0,5	166 313	0,5	168 145	0,6
2013T4	170 269	0,9	167 975	1,0	169 808	1,0
2014T1	170 738	0,3	168 363	0,2	170 453	0,4
2014T2	172 343	0,9	169 822	0,9	171 778	0,8
2014T3	173 566	0,7	171 153	0,8	173 236	0,8
2014T4	173 446	-0,1	170 592	-0,3	172 752	-0,3
2015T1	175 078	0,9	171 943	0,8	174 230	0,9
2015T2	176 766	1,0	173 111	0,7	175 327	0,6
2015T3	178 017	0,7	174 513	0,8	176 707	0,8
2015T4	179 379	0,8	175 546	0,6	177 825	0,6

O Rendimento Disponível Bruto (RDB) da Nação registou um aumento de 0,6% no 4º trimestre de 2015, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) aumentou 0,7%, observando-se um aumento de 0,2% da poupança bruta da economia. O saldo das transferências de capital com o exterior aumentou 6,6%, o que determinou a estabilização da capacidade de financiamento em 1,1% do PIB no 4º trimestre de 2015 (idêntica à registada no trimestre anterior).

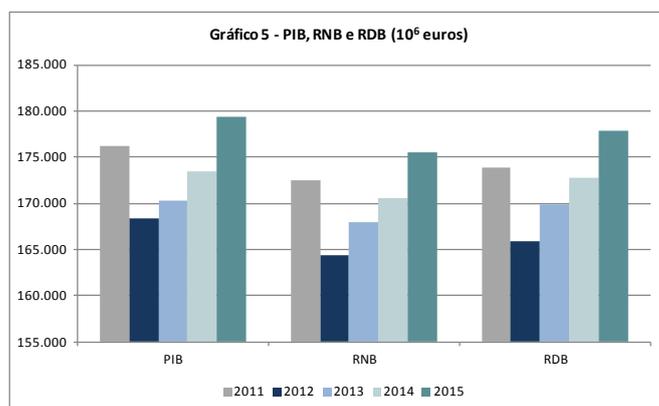
A Formação Bruta de Capital (Investimento) para o total da economia situou-se em 15,2% do PIB no 4º

trimestre de 2015 (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

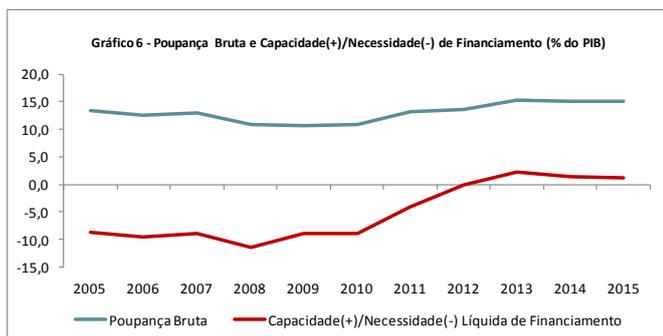
Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2011T1	11,3	1,5	20,9	-8,1
2011T2	11,9	1,4	20,4	-7,0
2011T3	12,8	1,5	20,0	-5,7
2011T4	13,1	1,4	18,6	-4,0
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,6	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	14,9	1,8	14,8	2,0
2013T3	15,2	1,7	14,8	2,1
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	14,9	2,1
2014T2	15,2	1,5	15,1	1,7
2014T3	15,4	1,5	15,1	1,8
2014T4	15,1	1,3	15,1	1,4
2015T1	15,1	1,3	15,0	1,5
2015T2	14,8	1,3	15,3	0,9
2015T3	15,2	1,1	15,3	1,1
2015T4	15,1	1,2	15,2	1,1

Em termos anuais, quando se compara o ano de 2015 com os anos anteriores, é de referir a manutenção da tendência de crescimento dos três agregados macroeconómicos, iniciada em 2013 (ver gráfico 5).

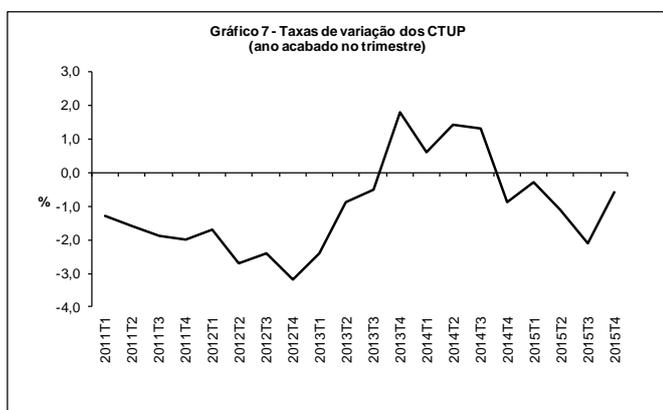


Em 2012, a economia portuguesa apresentou, pela primeira vez na atual série de Contas Nacionais, uma capacidade de financiamento, ainda que reduzida (15 milhões de euros), que foi reforçada nos anos seguintes. Em 2015, a capacidade de financiamento e a poupança bruta fixaram-se em 1,1% e 15,1% do PIB, respetivamente (1,4% e 15,1% em 2014).



Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram

No 4º trimestre de 2015, os CTUP diminuíram 0,6% (redução de 2,1% no trimestre anterior) em consequência da redução de 0,6% da remuneração média e de um ligeiro aumento da produtividade. A diminuição da remuneração média resultou de um aumento do número de trabalhadores superior ao aumento das remunerações.



Revisões das estimativas

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Os presentes resultados por setor institucional são consistentes com as contas trimestrais para o total da economia, pelo que refletem naturalmente as revisões daí decorrentes. Adicionalmente refira-se ainda que as contas trimestrais para o total da economia, divulgadas ao público em 29 de fevereiro, podem, com a presente divulgação de dados por setor institucional, sofrer alterações em alguns agregados em consequência da incorporação de informação adicional. Os quadros disponibilizados na área de Contas Nacionais do Portal do INE são atualizados sempre que ocorram alterações que o justifiquem.

Comparativamente com a publicação anterior, referente ao 3º trimestre de 2015, é ainda de destacar:

- (i) A incorporação da versão mais recente da Balança de Pagamentos;
- (ii) A incorporação da informação mais recente das Estatísticas Monetárias e Financeiras.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutra período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.